Edital MCT/CT-Hidro/ANA/CNPq nº 30/2007

Seleção pública de propostas de projetos de capacitação voltados ao desenvolvimento de cursos na área de recursos hídricos

O Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT, por intermédio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, em conformidade com a **Lei nº 9.993**, de 24 de julho de 2000, e com o **Decreto nº 3.874**, de 19 de julho de 2001, que regulam a realização de investimentos em pesquisa e desenvolvimento do Setor de Recursos Hídricos, por meio do Fundo Setorial de Recursos Hídricos, doravante denominado CT-HIDRO, torna público o presente Edital e convoca os interessados a apresentarem propostas nos termos aqui estabelecidos:

Proponentes que são coordenadores de projetos apoiados pelo CT-Hidro devem obrigatoriamente preencher o cadastro clicando aqui.

1 - INFORMAÇÕES GERAIS

1.1 - OBJETIVOS

O presente Edital tem por objetivo apoiar atividades de capacitação, mediante a seleção de propostas para apoio financeiro a projetos que visem à execução de projetos de cursos em recursos hídricos, voltados para membros de comitês de bacias, conselhos estaduais de recursos hídricos, consórcios e associações de municípios, comissões gestoras de açudes, funcionários de prefeituras municipais, de órgãos gestores estaduais cujas competências se relacionam com a gestão dos recursos hídricos, organizações da sociedade civil atuantes na área de recursos hídricos e agências de bacia.

1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- promover a capacitação de recursos humanos voltados para atuação na gestão e conservação da água como recurso natural da sociedade;
- disseminar conhecimentos técnicos e científicos sobre o gerenciamento de recursos hídricos, em nível nacional, regional ou municipal;
- qualificar e capacitar pessoal de diversas áreas profissionais em gerenciamento de recursos hídricos;
- ampliar o quadro de especialistas na área de recursos hídricos; e
- estimular e fornecer subsídios técnicos para a atuação da sociedade junto aos órgãos responsáveis pelo gerenciamento dos recursos hídricos.

nas seguintes chamadas:

Chamada 1: Projetos de Cursos de Aperfeiçoamento a Distância:

Projetos de cursos de aperfeiçoamento à distância em gerenciamento de recursos hídricos, com carga horária mínima de 180 horas, dirigidos a profissionais de nível superior de todas as regiões do país, relacionados à gestão de recursos hídricos conforme item **1.1**

Chamada 2: Projetos Presenciais de Curta Duração:

Projetos de cursos presenciais de curta duração (carga horária entre 40 e 80 horas para cada curso) em temas relacionados ao gerenciamento de recursos hídricos, dirigidos a todas as regiões do país, com conteúdos adaptados às condições das regiões onde serão realizados.

1.3 PROPONENTES

Profissionais de diversas áreas, envolvidos com gerenciamento de recursos hídricos, atuando junto aos comitês de bacias, órgãos municipais e estaduais cujas competências se relacionam com a gestão dos recursos hídricos, organizações da sociedade civil e agências de bacias de todas as regiões do país.

1.4 CRONOGRAMA

EVENTOS	DATAS
Lançamento do Edital no DOU	09 de outubro de 2007
Data limite para submissão das propostas (formulário eletrônico)	22 de novembro de 2007
Divulgação dos resultados	A partir de 28 de novembro de 2007
Início da contratação dos projetos	a partir de 05 de dezembro de 2007(a data de início da contratação somente deverá ocorrer após o julgamento dos recursos administrativos)

1.5 RECURSOS FINANCEIROS

1.5.1. As propostas aprovadas serão financiadas com recursos no valor global estimado em R\$ 2.000.000,00 (Dois milhões de reais), a serem liberados de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira do CNPq, recursos estes oriundos do CT-HIDRO, R\$ 1.500.000,00 (hum milhão e quinhentos mil reais), e, da Agência Nacional de Águas – ANA, R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).

1.5.2 Os recursos serão divididos da seguinte forma:

R\$ 900.000,00 (novecentos mil reais) para projetos da Chamada 1;

R\$ 1.100.000,00 (hum milhão e cem mil reais) para projetos da Chamada 2.

1.5.3 Cada projeto terá o valor máximo de:

R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) para a chamada 1;

R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais) para a chamada 2.

1.5.4 Parcela mínima de 30% (Trinta por cento) desse valor global deverá ser, necessariamente, destinada a projetos desenvolvidos por pesquisadores vinculados a instituições de ensino superior ou de pesquisa, sediadas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, nos termos do § 6º, do artigo 2º, da Lei 9.993/2000.

1.6 PARCERIAS

As parcerias esperadas para as propostas, com vistas à agregação de recursos financeiros e/ou não financeiros para execução do projeto, abrangem os setores público, privado e não-governamental, Universidades, institutos, centros e fundações de ensino, públicos ou privados.

1.7 CONTRAPARTIDA

As instituições proponentes deverão aportar ao projeto a contrapartida de recursos financeiros ou não financeiros, efetivamente necessários para a execução da proposta e que possam ser economicamente mensuráveis e demonstráveis, conforme os requisitos definidos nos itens **2.3**, **2.4**, **2.5** e **2.6**. Como aportes não-financeiros serão aceitos recursos humanos (horas de trabalho), insumos necessários ao desenvolvimento dos projetos, horas de máquinas, material de consumo, diárias e transporte do pessoal envolvido no projeto.

1.8 ITENS FINANCIÁVEIS

1.8.1 Serão financiados itens referentes a bolsas, no caso da chamada 1, capital e custeio, tanto para chamada 1 como para a chamada 2, compreendendo:

a) Custeio:

- material de consumo, componentes e/ou peças de reposição de equipamentos, softwares, instalação, recuperação e manutenção de equipamentos;
- passagens e diárias (de acordo com a **Tabelas de Valores de Diárias para Auxílios Individuais e Bolsas de Curta Duração**);
- serviços de terceiros (pessoa física ou jurídica) – pagamento integral ou parcial de contratos de manutenção e serviços de terceiros, pessoa física ou jurídica, de caráter eventual; no caso de pessoa física para estudos orientados, encontros presenciais, na forma de aulas, oficinas ou seminários, fica limitado o pagamento a no máximo R\$ 6.000,00 (seis mil reais) por curso, desde que a prestação de serviço não caracterize vínculo empregatício. É vedada, no entanto, a contratação ou a complementação salarial de pessoal técnico e administrativo, nos termos dos subitens seguintes. Qualquer pagamento à pessoa física deve ser realizado de acordo com a legislação em vigor, de forma a não estabelecer vínculo empregatício;
- realização de eventos;
- atividades e materiais de divulgação dos cursos para o público alvo;
- obras de infra-estrutura, para ampliação e/ou recuperação de laboratórios, (devidamente justificados para as finalidades do edital).

b) Capital:

- equipamentos;
- material permanente;
- material bibliográfico;

c) Bolsas na modalidade de desenvolvimento tecnológico e industrial DTI, no caso da chamada 1.

Ressalte-se que os recursos referentes às bolsas serão incluídos, automaticamente, pelo Formulário de Propostas On-line, no orçamento do projeto, conforme instruções descritas no endereço Internet do CNPq.

<http://www.cnpq.br/bolsas/index.htm>;

1.8.2 A implementação das bolsas deverá ser realizada dentro dos prazos e critérios estipulados para cada uma dessas modalidades, que estão indicadas no endereço <http://www.cnpq.br/bolsas/index.htm>. A duração das bolsas não poderá ultrapassar o prazo de execução do projeto. As bolsas não poderão ser utilizadas para pagamento de prestação de serviços, uma vez que tal utilização estaria em desacordo com a finalidade das bolsas do CNPq.

1.8.3. Não são permitidas despesas com contratação ou complementação salarial de pessoal técnico e administrativo bem como não são permitidas despesas de rotina como as contas de luz, água, telefone, correio, reprografia e similares e obras civis (*ressalvadas as obras com instalações e adaptações necessárias ao adequado funcionamento de equipamentos*), que são entendidas como despesas de contrapartida obrigatória da instituição de execução de projetos e das colaboradoras.

1.8.4. É vedado o pagamento, a qualquer título, a servidor da administração pública, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, por serviços de consultoria ou assistência técnica, conforme determina a Lei de Diretrizes Orçamentárias da União e Decreto Federal nº 5.151 de 22/04/2004.

1.8.5. As demais despesas deverão ser de responsabilidade do proponente/ instituição de execução do projeto, a título de contrapartida.

1.8.6. Para contratação de serviços ou aquisição de bens deverá ser observada a legislação vigente, bem como as normas do CNPq, disponíveis no endereço www.cnpq.br/prestacaocontas/legislacao.htm.

1.8.7 Todos os itens financiados devem estar diretamente relacionados ao objeto e às atividades do projeto.

1.9 PRAZO DE EXECUÇÃO DOS PROJETOS

Os projetos a serem apoiados pelo presente Edital deverão ter seu prazo máximo de execução estabelecido em 24 (vinte e quatro) meses.

1.10 COORDENAÇÃO RESPONSÁVEL PELO EDITAL

Coordenação responsável pelo acompanhamento do presente Edital é a Coordenação do Programa de Pesquisas Oceanográficas e Impactos Ambientais - COIAM

2 – REQUISITOS E CARACTERÍSTICAS DAS PROPOSTAS

2.1 São encorajadas propostas apresentando caráter multi-institucional, desde que observadas as características específicas de cada chamada do presente Edital.

2.2 As características obrigatórias indicadas a seguir são válidas para o presente Edital. O atendimento às mesmas é considerado imprescindível para o exame da proposta. A ausência ou insuficiência de informações sobre quaisquer delas resultará na desclassificação da proposta.

2.3 REQUISITOS PARA PROPOSTAS DA CHAMADA 1

2.3.1 Os projetos enquadrados na chamada 1 deverão implementar cursos de aperfeiçoamento na modalidade à distância, com carga horária mínima de 180h (cento e oitenta horas), na área de gerenciamento de recursos hídricos dirigidos a profissionais de nível superior de todas as regiões do país.

2.3.2 Os cursos devem ter abrangência nacional.

2.3.3 Os cursos devem ter abordagem interdisciplinar da gestão de recursos hídricos, tendo como referência as bacias hidrográficas. Os cursos devem, ainda, contribuir para a efetiva compreensão e incorporação dos aspectos ecossistêmicos, sociais e econômicos da água. Aliadas a estas preocupações centrais, o curso deve ainda:

- disseminar conhecimentos sobre o gerenciamento de recursos hídricos e sua interface com o desenvolvimento urbano, principalmente no que diz respeito ao uso e à ocupação do solo, saneamento e meio ambiente;
- incentivar e ampliar a capacidade participativa da sociedade nos órgãos responsáveis pelo gerenciamento regional dos recursos hídricos.

2.3.4 O público alvo dos cursos dessa chamada deve constituir-se de profissionais atuando nas instituições referenciadas no item 1.1 desse edital.

2.3.5 Os cursos devem ser programados para apresentar um conteúdo mínimo que aborde:

- disponibilidade hídrica e proteção de mananciais;
- abastecimento e qualidade da água;
- esgotamento sanitário, drenagem urbana e controle de inundações;
- limpeza urbana e controle de resíduos sólidos;
- conservação do meio ambiente e conceitos básicos de ecologia;
- legislação vigente sobre recursos hídricos e uso do solo (estatuto das cidades);
- planos de bacia, outorga, cobrança e outros instrumentos de gestão de recursos hídricos;
- gerenciamento de recursos hídricos.

2.3.6 Essa Chamada é dirigida, prioritariamente, para instituições de ensino e pesquisa que podem apresentar propostas individuais ou em parceria. Nesse caso, as instituições parceiras devem apresentar um termo de compromisso de trabalho conjunto que defina o papel de cada uma no projeto de curso.

2.3.7 As instituições proponentes serão responsáveis pela organização, infra-estrutura, divulgação, inscrição, seleção e avaliação dos cursos, assim como o apoio pedagógico aos alunos.

2.3.8 Os cursos deverão ser na modalidade à distância, oferecendo aos alunos infra-estrutura multimídia para comunicação via internet, fornecendo e utilizando material didático especialmente elaborado.

2.3.9 Até um terço da carga horária dos cursos poderá se constituir em atividades de estudos orientados.

2.3.10 A proposta deve incluir sistemas de acompanhamento e avaliação dos módulos das disciplinas, do aprendizado dos alunos e da interação aluno-professor/tutores.

2.3.11 A carga horária terá duração mínima de cento e oitenta (180) horas e máxima de duzentos e quarenta (240) horas. Admite-se até um terço da carga horária por meio de estudos dirigidos.

2.3.12 Os cursos devem incluir dois encontros presenciais, na forma de aulas, oficinas ou seminários.

2.3.13 As instituições proponentes deverão comprovar, no projeto, a disponibilidade de infra-estrutura de Tecnologia da Informação, que será utilizada para os cursos à distância.

2.3.14 A execução dos cursos não pode exceder o prazo de 01 (um) ano.

2.4 REQUISITOS PARA PROPOSTAS DA CHAMADA 2

2.4.1 Os projetos enquadrados na chamada 2 devem atender à demanda de capacitação regional de profissionais atuando em instituições públicas ou privadas sem fins lucrativos, relacionadas à gestão de recursos hídricos referenciadas no item 1.1.

2.4.2 Os projetos devem compreender uma série de oito cursos, que deverão abordar os tópicos listados no item **2.4.11**.

2.4.3 Cada curso deverá ter uma carga horária entre 40 e 80 horas.

2.4.4 Todos os cursos deverão abordar temas da área de recursos hídricos.

2.4.5 Essa Chamada é dirigida, prioritariamente, para instituições de ensino e pesquisa que devem apresentar propostas voltadas para as regiões onde atuam, considerando a bacia hidrográfica onde se situam como referência para os temas abordados nos cursos e para a definição do público alvo.

2.4.6 É permitida a realização de parcerias com instituições de ensino e pesquisa de fora da região. Nesse caso, as instituições parceiras devem apresentar um termo de compromisso de trabalho conjunto que defina o papel de cada uma no projeto.

2.4.7 Os cursos devem apresentar uma abordagem interdisciplinar da gestão dos recursos hídricos, com ênfase nas peculiaridades regionais, recomendando-se que cada curso seja adaptado às necessidades e prioridades locais.

2.4.8 Excepcionalmente, profissionais e técnicos com formação superior incompleta e comprovada experiência em sua área de atuação poderão participar, dependendo das especificidades locais.

2.4.9 As instituições proponentes serão responsáveis pela organização, infra-estrutura, divulgação, inscrição, seleção e avaliação dos cursos, assim como pelo apoio pedagógico aos alunos.

2.4.10 A proposta deve incluir sistemas de acompanhamento e avaliação dos cursos, do aprendizado dos alunos e da interação aluno-professor.

2.4.11 Os cursos devem contribuir para a efetiva compreensão e incorporação dos aspectos ecossistêmicos, sociais e econômicos da água. Além disso, os cursos devem ainda:

- disseminar regionalmente conhecimentos técnicos e científicos sobre o planejamento, gerenciamento de recursos hídricos e seus instrumentos de implementação, considerando as peculiaridades locais;
- capacitar profissionais que atuam no processo de gerenciamento de recursos hídricos e ambientais, utilizando as ferramentas de conhecimento das ciências físicas e sociais, e da engenharia que envolve o processo;
- incentivar e ampliar a capacidade participativa da sociedade nos órgãos responsáveis pelo gerenciamento regional dos recursos hídricos.

2.4.12 Os profissionais a serem capacitados deverão, ao final dos cursos:

- entender a natureza multidisciplinar do processo de gestão de recursos hídricos;

- conhecer os diferentes fundamentos, objetivos, diretrizes e instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos;
- discutir o processo atual de gestão dos recursos hídricos na região, no Brasil e no mundo.

2.4.13 Considerando as demandas do público alvo e as características espaciais da área de abrangência do projeto, um curso pode ser oferecido mais de uma vez, procurando alcançar a todos os interessados.

2.4.14 A série de cursos deverá exibir uma grade de disciplinas que aborde, entre outros, os seguintes tópicos:

- Introdução à Gestão de Recursos Hídricos: água no Brasil e no mundo; gestão dos recursos hídricos – marco conceitual; ciclo hidrológico; disponibilidade e demandas por água; instrumentos de gestão; gestão da água no Brasil - aspectos jurídicos e institucionais.
- Planejamento de uso múltiplo: água, homem e população; água para consumo humano (sistemas de abastecimento de água potável); sistemas de esgotamento sanitário; água na agricultura e água na pecuária; outros usos (energia elétrica, navegação, hidrovias); controle de cheias urbanas – velho e novo paradigma (sistemas de drenagem urbana) e combate a eventos críticos (cheias/secas); uso múltiplo, e aproveitamento integrado da água; planos de bacias; gerenciamento de bacia hidrográfica.
- Instrumentos de gestão: sistemas de informações em recursos hídricos; planos de recursos hídricos; outorga; enquadramento dos corpos d'água; cobrança; sistema nacional de gerenciamento dos recursos hídricos; gestão dos recursos hídricos e gestão ambiental; participação social na gestão; questões relevantes na gestão dos recursos hídricos no Brasil.
- Legislação aplicável;
- Funcionamento e organização de comitês de bacias;
- Sistemas de fiscalização;
- Gestão de conflitos;
- Noções básicas de hidrologia, hidrometria, medição de vazão e qualidade da água.

2.5 REQUISITOS OBRIGATÓRIOS PARA O PROPONENTE

2.5.1 O proponente deve possuir o título de doutor e ter seu currículo cadastrado na **Plataforma Lattes**, para que seja possível o preenchimento e envio da proposta ao CNPq.

2.5.2 O proponente será obrigatoriamente o coordenador do projeto.

2.5.3 O proponente deve ter vínculo formal com a instituição de execução do projeto, observado o disposto na nota 6, do subitem 1.2, do Anexo I, da Resolução Normativa nº 019/2006.

2.5.4 A instituição de execução do projeto deve ser, preferencialmente, instituição de ensino superior, instituto ou centro de pesquisa e desenvolvimento, público ou privado, sem fins lucrativos.

2.5.5 Somente deverão ser incluídos em um projeto, pesquisadores, técnicos e instituições colaboradoras/parceiras que tenham prestado anuência formal escrita, a qual deve ser mantida sob a guarda do Coordenador do projeto.

2.5.6 O mesmo Coordenador não pode coordenar mais de uma proposta para este Edital.

2.6 REQUISITOS OBRIGATÓRIOS PARA O MATERIAL DIDÁTICO E PARA O CORPO DOCENTE

- a) As propostas devem apresentar em detalhes os sistemas adotados para acompanhamento e avaliação do aprendizado dos alunos, das disciplinas e dos módulos, bem como explicitar, para o caso de Ensino à Distância, os mecanismos utilizados para a interação aluno-professor;
- b) A execução dos cursos poderá, eventualmente, incorporar docentes externos à equipe responsável pelo planejamento do curso;
- c) Haverá apenas um Coordenador Técnico para um projeto, responsável pelas atividades de elaboração, execução, acompanhamento e avaliação.
- d) Os alunos deverão receber material didático impresso e em meio eletrônico, especialmente produzido para as finalidades dos cursos. Esse material será de propriedade do Ministério da Ciência e Tecnologia (Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, Cap. I, Art. 1º, § único e Cap. VI, Art. 111), podendo ser reproduzido considerando os direitos autorais e a citação da fonte.

2.7 REQUISITOS OBRIGATÓRIOS PARA OS PROJETOS

2.7.1 As propostas não devem incluir solicitação de apoio para:

- a) Atividades de rotina ou administrativas;
- b) formação de recursos humanos em cursos de pós-graduação;
- c) despesas com a contratação ou complementação salarial de pessoal técnico e administrativo e as de rotina (contas de luz, água, telefone, correio, reprografia e similares) entendidas como despesas de contrapartida da Instituição de 'execução do projeto;
- d) despesas com obras de construção civil, *ressalvadas as obras com instalações e adaptações necessárias ao adequado funcionamento de equipamentos.*

2.7.2 Os projetos devem conter os seguintes itens:

- a) título do projeto;
- b) entidade proponente;
- c) coordenador - endereço, endereço eletrônico e telefone de contato;
- d) objetivo(s) geral(is) e específico(s);
- e) justificativa(s) para realização do projeto;
- f) definição dos temas prioritários relacionados à gestão de recursos hídricos, a serem desenvolvidos nos projetos, considerando as necessidades e características regionais;
- g) metodologia e cronograma do projeto;
- h) metas e produtos esperados que sirvam de indicadores para o acompanhamento e avaliação do projeto;
- i) definição de metas e produtos intermediários, que serão apresentados quando for atingida a metade do período de duração total do projeto;
- j) definição de metas e produtos que serão apresentados ao final do projeto;
- k) plano de trabalho para cada membro da equipe;

- l) caso existam outras fontes de financiamento do projeto, definir sua origem e utilização;
- m) termo de compromisso demonstrando disponibilidade de recursos humanos, infra-estrutura e recursos financeiros necessários à execução do projeto pela entidade proponente;
- n) termo de responsabilidade da entidade proponente, responsabilizando-se pela execução do plano de trabalho apresentado.

3 – APRESENTAÇÃO E ENVIO DAS PROPOSTAS

3.1 As propostas devem ser apresentadas sob a forma de projeto e encaminhadas ao CNPq exclusivamente via Internet, por intermédio do **Formulário de Propostas *On-line***, disponível no endereço

<http://efomento.cnpq.br/efomento>, a partir da data do Lançamento do Edital no Diário Oficial da União.

3.2. As propostas devem ser transmitidas ao CNPq, até às 18h (dezoito horas), horário de Brasília, da data limite de submissão das propostas, descrita no subitem 1.4. No entanto, o sistema eletrônico (servidor de rede) receberá propostas com tolerância de mais 24 (vinte e quatro horas), encerrando-se, impreterivelmente, em 23/11/2007, às 18h (dezoito horas), horário de Brasília. O proponente receberá, imediatamente após o envio, um recibo eletrônico de protocolo da sua proposta, o qual servirá como comprovante da transmissão.

3.3 A proposta deve ser apresentada em conformidade com o descrito no **item 2 REQUISITOS E CARACTERÍSTICAS DAS PROPOSTAS**, contendo os elementos ali previstos. Deve a proposta ser gerada fora do Formulário de Propostas On-line e anexada a este, podendo ser utilizado um dos formatos a seguir: doc, rtf, pdf, ou post script. O arquivo está limitado a 500kb (quinhentos kilobytes). Recomenda-se evitar o uso de figuras, gráficos, etc., que comprometam a capacidade do arquivo, pois propostas que excedam o limite de 500kb não serão recebidas pelo guichê eletrônico do CNPq.

3.4 Não serão aceitas propostas submetidas por qualquer outro meio, tampouco após o prazo final de recebimento estabelecido no subitem **3.2**. Assim, recomenda-se o envio das propostas com antecedência, uma vez que o CNPq não se responsabiliza por propostas não recebidas em decorrência de eventuais problemas técnicos e congestionamentos.

3.4.1 Caso a proposta seja remetida fora do prazo de submissão, ela não será aceita pelo sistema eletrônico. Por este motivo e, no cumprimento do disposto no caput do art. 41, da **Lei nº 8.666**, de 21 de junho de 1993, não haverá possibilidade de a proposta ser acolhida, examinada e julgada.

3.5 Será aceita uma única proposta por proponente. Na hipótese de envio de uma segunda proposta pelo mesmo proponente, esta será considerada substituta da anterior, sendo levada em conta para análise apenas a última proposta recebida.

3.6 Em se constatando propostas idênticas, todas serão desclassificadas.

4 – ADMISSÃO, ANÁLISE E JULGAMENTO

A seleção das propostas submetidas ao CNPq, em atendimento a este Edital, será realizada por intermédio de análises e avaliações comparativas. Para tanto, são estabelecidas as seguintes etapas:

4.1 Etapa I – Análise pela Área Técnica do CNPq - Enquadramento

Esta etapa, a ser realizada pela área técnica do CNPq, consiste no enquadramento e na pré-análise das propostas apresentadas. Será verificado o atendimento aos requisitos obrigatórios estabelecidos nos itens **2.5, 2.6**

e 2.7, e efetuada a análise quanto à adequação da proposta ao presente Edital. As propostas não enquadradas nesta etapa não serão analisadas na etapa posterior.

4.2 Etapa II – Análise, julgamento e Classificação pelo Comitê de Julgamento.

4.2.1 As propostas enquadradas na etapa anterior serão avaliadas e classificadas nesta etapa, quanto ao mérito técnico-científico e sua adequação orçamentária, por Comitê designado pelo Presidente do CNPq, formado por pesquisadores e especialistas indicados também pelo Fundo Setorial de Recursos Hídricos e pela Agência Nacional de Águas, que serão submetidos à Diretoria do CNPq para deliberação, conforme as normas que regem o assunto, que levará em consideração os seguintes tópicos:

- adequação da proposta às condições deste Edital;
- coerência entre objetivos, metodologia, resultados esperados e cronograma de execução;
- compatibilidade da infra-estrutura e da equipe executora com a programação do projeto;
- competência, experiência e adequação da equipe;
- compatibilidade do orçamento aos objetivos; e
- viabilidade técnica e econômica da proposta em relação ao orçamento proposto.

4.2.2. Esta etapa consistirá na avaliação do mérito técnico-científico das propostas considerando os seguintes critérios de julgamento, para os quais será atribuída pontuação de 0 (zero) a 10 (dez):

Critérios de Avaliação:

1. Existência de estratégias de divulgação dos cursos tendo em vista o público-alvo pretendido;
2. Direcionamento dos conteúdos dos cursos ao público alvo definido no item **1.1**;
3. Adequação da infra-estrutura física e tecnológica para ensino à distância que será utilizada pela instituição responsável pela execução do curso, no caso da chamada 1;
4. Dimensionamento adequado dos projetos da chamada 2, considerando a área e o público alvo abrangidos;
5. Definição das técnicas didático-pedagógicas empregadas no curso;
6. Definição da programação das atividades de ensino e avaliação de aprendizagem;
7. Definição do material didático-pedagógico a ser disponibilizado;
8. Adequação de execução face às condições das instituições envolvidas;
9. Adequação dos projetos ao cronograma físico-financeiro.

4.2.3 Será utilizado formulário padrão para análise e emissão do parecer do Comitê. O Comitê poderá recomendar adequações no orçamento.

4.2.4 O Comitê deverá apresentar as justificativas de recomendação ou não para todas as propostas e, aquelas recomendadas serão submetidas à aprovação pela Diretoria Executiva do CNPq. Os pareceres serão assinados por todos os membros do Comitê.

4.2.5 Após a conclusão dos trabalhos de julgamento, o Comitê elaborará uma Ata de Reunião, contendo a relação dos projetos julgados, recomendados e não recomendados, com as respectivas notas, em ordem decrescente, assim como outras informações e recomendações julgadas pertinentes.

4.2.6 Caso algum membro do Comitê faça parte da equipe de qualquer proposta, o mesmo deverá ausentar-se da sala de reunião durante a análise do projeto.

4.2.7 É vedado a qualquer membro do Comitê julgar projetos em que:

- a) haja interesse direto seu;
- b) esteja participando da equipe do projeto seu cônjuge, companheiro ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta, ou na colateral até o terceiro grau;
- c) esteja litigando judicial ou administrativamente com qualquer membro da equipe do projeto ou seus respectivos cônjuges ou companheiros.

4.3 Etapa IV – Aprovação pela Diretoria Executiva (DEX) do CNPq

Todas as propostas recomendadas pelo Comitê serão submetidas à apreciação da Diretoria Executiva do CNPq, que emitirão a decisão final sobre sua aprovação, observados os limites orçamentários deste Edital.

5 RESULTADO DO JULGAMENTO

5.1 A relação das propostas aprovadas será divulgada pelo CNPq, no endereço www.cnpq.br, bem como por intermédio de publicação no Diário Oficial da União - DOU.

5.2 Todos os proponentes do presente Edital tomarão conhecimento do parecer sobre sua proposta por intermédio de correspondência eletrônica, preservada a identificação dos pareceristas.

6. – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

6.1 Caso o proponente tenha justificativa para contestar o resultado do julgamento das propostas, poderá apresentar recurso em formulário específico dirigido à Diretoria Executiva do CNPq no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da publicação do resultado no Diário Oficial da União e na página do CNPq na Internet. O processamento do recurso dar-se-á de acordo com a **Instrução de Serviço 012/2004**.

7 – DA CONTRATAÇÃO DOS PROJETOS APROVADOS

7.1 Os projetos aprovados serão contratados como auxílio individual em nome do Coordenador, mediante assinatura de **Termo de Concessão e Aceitação de Apoio Financeiro a Projeto de Pesquisa Científica e/ou Tecnológica**, disponível no endereço: http://www.cnpq.br/normas/rn_06_024.htm.

7.2 A firtatura do Termo de Concessão ficará subordinada à existência prévia de Protocolo de Cooperação Técnica, celebrado entre a instituição de execução do projeto e o CNPq, conforme previsão contida na alínea “a” do item 5 do Anexo I da Resolução Normativa nº 024/2006.

7.3 A existência de alguma inadimplência do proponente com a Administração Pública Federal Direta ou Indireta, não regularizada no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a divulgação dos resultados, constituirá fator impeditivo para a contratação do projeto.

8 – CANCELAMENTO DA CONCESSÃO

A concessão do apoio financeiro será cancelada pela Diretoria Executiva do CNPq, por ocorrência, durante sua implementação, de fato cuja gravidade justifique o cancelamento, incluindo o parecer desfavorável da análise do material didático (conforme item **10.7**, sem prejuízo de outras providências cabíveis).

9 – PUBLICAÇÕES

9.1 As publicações científicas e qualquer outro meio de divulgação de trabalho de pesquisa, apoiado pelo presente Edital, deverão citar, obrigatoriamente, o apoio pelo CNPq/MCT, pela Agência Nacional de Águas e pelo Fundo Setorial de Recursos Hídricos.

9.2 As ações publicitárias atinentes a projetos e obras financiadas com recursos da União, deverão observar rigorosamente as disposições contidas no § 1º do art. 37 da Constituição Federal, bem assim àquelas consignadas nas Instruções da Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica da Presidência da República - atualmente a IN/SECOM-PR nº 31, de 10 de setembro de 2003.

10 – AVALIAÇÃO DO MATERIAL DIDÁTICO

A análise e avaliação do material didático apresentado estão sujeitas às seguintes condições:

10.1 O Coordenador do projeto contratado deverá apresentar, no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias a partir da liberação dos recursos, cópia de todo o material didático que será utilizado, descrevendo a metodologia, cronograma e conteúdo do curso, assim como, o material a ser utilizado pelo corpo discente.

10.2 O material deve ser enviado para o endereço especificado abaixo, fazendo referência explícita ao Edital MCT/CNPq /ANA/CT-HIDRO n.º 30/2007, e à Chamada a que se refere:

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq

Coordenação Geral do Programa de Pesquisa em Ciências da Terra e Meio Ambiente – CGCTM

Coordenação do Programa de Pesquisas Oceanográficas e Impactos Ambientais – COIAM

Fundo Setorial de Recursos Hídricos/CT-HIDRO

SEPN 509, Bl. A, Ed. Nazir I, sl. 302

Brasília - DF - 70.750-501

10.3 O material do curso será analisado por técnicos indicados pelo CNPq e pela ANA, por um período máximo de 15 (quinze) dias úteis.

10.4 Após o prazo citado no item anterior, o CNPq comunicará, por escrito, via correio, ao coordenador da proposta, a aprovação integral ou parcial, assim como a inadequação do material apresentado.

10.5 O início dos cursos é condicionado à aprovação integral do material;

10.6 O coordenador de proposta que tenha o material didático aprovado parcialmente deverá encaminhar ao CNPq, no prazo máximo de quinze dias úteis, a reformulação do material do curso. O CNPq realizará nova análise, no prazo de 05 (cinco) dias, aprovando ou não a proposta. Após a reanálise e posterior aprovação, o coordenador terá 30 (trinta) dias corridos para iniciar os cursos;

10.7 Na hipótese de não aprovação do material didático, o CNPq se reserva o direito de cancelar o processo de contratação.

11 – AVALIAÇÃO/PRESTAÇÃO DE CONTAS

11.1 Será criada uma comissão específica para acompanhamento e avaliação dos cursos, constituída por técnicos indicados pelo CNPq e pela ANA.

11.2 O acompanhamento e a avaliação compreendem um conjunto de atividades que visam verificar o desenvolvimento do projeto, o cumprimento dos objetivos e metas específicas, em cada nível e de cada instituição (no caso de projeto multiinstitucional), tendo em vista o atendimento ao objetivo global deste Edital. Estas atividades serão realizadas por meio de:

a) Visita *in loco* com participação de técnicos do CNPq e da ANA e um ou mais consultores, que ocorrerá sempre que a Agência julgar necessário;

b) Relatório parcial, circunstanciado, encaminhado ao CNPq pelo Coordenador do Projeto;

c) Relatório final, circunstanciado, encaminhado ao CNPq pelo Coordenador do Projeto, até sessenta dias úteis após a metade do cronograma definido para o Projeto;

11.3 O relatório final deve informar os seguintes itens, os quais serão usados como indicadores para análise e avaliação dos projetos contratados:

a) número de alunos inscritos no curso;

b) número de alunos que concluíram o curso;

c) número e cópias de certificados de aperfeiçoamento, no caso da chamada 1;

d) avaliação quantitativa do rendimento e aprendizagem dos alunos.

11.4 O CNPq encaminhará ao coordenador da proposta, correspondência informando o resultado de sua avaliação.

11.5 Caso o relatório final seja considerado inadequado ou insatisfatório no seu conteúdo, o coordenador terá até 15 (quinze) dias úteis, após o recebimento da correspondência do CNPq, para reformulá-lo e remetê-lo novamente com as devidas correções.

11.6 O CNPq reserva-se o direito de, durante a execução do projeto, promover visitas técnicas ou solicitar informações adicionais visando aperfeiçoar o sistema de Avaliação e Acompanhamento.

12- IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

12.1 Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital, o proponente que não o fizer até o segundo dia útil anterior ao prazo final estabelecido para recebimento das propostas. Não terá efeito de recurso a impugnação feita por aquele que o tendo aceito sem objeção, venha apontar, posteriormente ao julgamento, eventuais falhas ou imperfeições.

12.2 A impugnação deverá ser dirigida à Diretoria Executiva do CNPq.

13- REVOGAÇÃO OU ANULAÇÃO DO EDITAL

A qualquer tempo, o presente Edital poderá ser revogado ou anulado, no todo ou em parte, seja por decisão unilateral da Diretoria Executiva do CNPq, seja por motivo de interesse público ou exigência legal, sem que isso implique direitos à indenização ou reclamação de qualquer natureza.

14- PERMISSÕES E AUTORIZAÇÕES ESPECIAIS

É de exclusiva responsabilidade de cada proponente adotar todas as providências que envolvam permissões e autorizações especiais de caráter ético ou legal, necessárias para a execução do projeto.

15- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1 Durante a fase de execução do projeto, toda e qualquer comunicação com o CNPq deverá ser feita por meio eletrônico à Coordenação responsável pelo edital.

15.2. Deverá ser solicitada ao CNPq, pelo Coordenador do Projeto, qualquer alteração relativa à execução do projeto, acompanhada da devida justificativa, devendo a mesma ser autorizada formalmente antes de sua efetivação.

15.3. Nos casos em que os resultados do projeto ou o relatório em si tenham valor comercial ou possam levar ao desenvolvimento de um produto ou método envolvendo o estabelecimento de uma patente, a troca de informações e a reserva dos direitos, em cada caso, dar-se-á de acordo com o estabelecido no Termo de Concessão.

15.4. As informações e o material didático gerados com a implementação dos projetos selecionados e disponibilizadas na base de dados do CNPq serão de domínio público, observadas as referências à fonte.

15.5. O presente Edital regula-se pelos preceitos de direito público e, em especial, pelas disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Instrução Normativa da Secretaria do Tesouro Nacional nº 01/1997, de 15 de janeiro de 1997, no que couber e pelas normas internas do CNPq.

15.6 Todos os documentos de divulgação dos cursos e eventos patrocinados por esse edital deverão, obrigatoriamente, conter e fazer referência ao apoio do CT-Hidro, do CNPq e da ANA.

16– DOS ESCLARECIMENTOS E DAS INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Esclarecimentos e informações adicionais acerca do conteúdo deste Edital poderão ser sanados por intermédio do serviço "Fale Conosco", disponível no endereço www.cnpq.br ou pelo correio eletrônico cthidro@cnpq.br

17– CLÁUSULA DE RESERVA

A Diretoria Executiva do CNPq reserva-se o direito de resolver os casos omissos e as situações não previstas no presente Edital.

Brasília, 09 de outubro de 2007